ANO I — Janeiro a Abril de 1958 — N.º 2

O Contabilista

Jornal técnico dos alunos do I. P. P. E.

Portugal na História

Afonso de Albuquerque denominado o Grande, pelas heróicas façanhas com que encheu de admiração a Europa, e de pasmo e terror a Asia, é o maior vulto dos nossos anais indianos.

Nasceu em 1453 na quinta chamada, pela amenidade do sitio, o Paraíso da Vila de Alhandra. Descendia da alta nobreza, sendo filho segundo de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, e de D. Leonor de Menezes, filha de D. Alvaro Gonçalves de Ataide, conde de Atouguia, e de sua mulher D. Guiomar de Castro. Foi, como era costume desses tempos entre os filhos dos nobres, educado no palácio de D. Afonso V, saindo um valente soldado. Era muito douto nos estudos astronómicos, cosmográficos e náuticos, como educado que fôra na Escola Portuguesa daqueles felizes e saudosos tempos.

Mostrou o seu heróico valor, quando D. Afonso V, conhecendo o seu merecimento, o mandou partir na esquadra que socorrera, em 1480, o rei de Nápoles contra os turcos, que tinham ocupado a Otranto. Sendo estribeiro-mór de D. João II, foi enviado à Africa, em 1489, onde praticou acções de alto valor. Estas duas famosas empresas, uma na Europa a outra na Africa, foram o prelúdio das vitórias de que havia de ser teatro da sua glória a Asia.

Apareceu pela primeira vez na India em 1503, em companhia de seu primo Francisco de Albuquerque, praticando acções dignas de recordar, que o cobriram de glória. Voltou à India em 1506, na esquadra de Tristão da Cunha, como capitão, para continuar os triunfos de que era árbitro sua espada. Levava instruções secretas del-rei D. Manuel para suceder a D. Francisco de Almeida no governo, como Governador Geral.

El-rei D. Manuel não lhe conferira os amplos poderes de que se achava investido o vice-rei da India, D. Francisco de Almeida, porque reflectindo que um homem só não podia vigiar, como lhe cumpria, a imensa extensão de território entre o Cabo da Boa Esperança e as extremidades das Indias, tinha resolvido repartí-lo em diferentes governos parciais e independentes.

O seu vasto espirito e fé concebera um grande plano, a cuja execução tentou dar começo. Entendia que podia fundar um império luso-indiano, que vivesse das suas próprias forças e não arruinasse a metrópole. A desproporção das forças deste pequeno reino de Portugal, com a extensão dos seus domínios sempre impressionara os homens pensadores; e a todos se antolhava, como de difícil solução, o problema de conservar em equilibrio tão vasto império.

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, ambos procuraram resolvê-lo, um com o alto bom-senso dum espirito de incontestável lucidez, o outro com o arrojo dum génio extraordinário.

O pensamento de Afonso de Albuquerque era tratar com extrema benevolência os indios, esmagar a influência dos mouros; dominar com três fortalezas principais a vastidão oriental, e fundar na justiça e na equidade um império perdurável.

As três fortalezas escolhidas eram Ormuz, Goa e Malaca, que na vasta ideia de Afonso de Albuquerque abrangiam todo o comércio do Oriente, e faziam os portugueses senhores de seus mares e das suas ricas e variadas produções.

Malaca — era o empório geral a que concorria o cravo das Molucas, a noz de Banda, o sândalo de Timor, a cânfora de Borneo, o ouro de Samatra e as gomas, perfumes e mais mercadorias preciosas da China, do Japão, do Sião, etc.

Goa — reunia ao que lhe vinha de Malaca, os estofos de Bengala, as pérolas de Kalchar, os diamantes de Narsinga, a canela e rubis de Ceilão, a pimenta e outras especiarias de Malabar, que até então enriqueciam Calicut, Cambaia e Ormuz.

Ormuz — era como entreposto, aonde se depositavam todas as produções da India e mais paises Orientais, para daí passarem pelo golfo Pérsico a Bassorá, e logo em caravanas à Arménia, Trebizonda, Alepo, Damasco, etc.

Não queria só riquezas, queria a colonização, queria civilizar a India à Portugal. Para isso casou portugueses com indias, dotando-os. Introduziu a lingua, usos, costumes, leis e religião nacionais, para se impor aos turcos e aos indios. Era um romano, era um Alexandre Magno.

Os obstáculos acumularam-se logo de princípio em torno dele: a revolta dos seus capitães, quando pretendeu tomar Ormuz, a irritabilidade de D. Francisco de Almeida, que, louco de dor pela morte do filho, e cedendo a impensados movimentos de cólera, lhe não queria entregar o governo, as intrigas dos cortezãos, tudo concorreu para o amargurar, e para impossibilitar a execução dos seus planos.

(Continua na pág. 6)

Evolução da Filosofia

Etimològicamente, filosofia, significa amor da sabedoria; porém, para os antigos, o dominio desta palavra era mais vasto pois abrangia, além do saber a virtude.

Como apareceu a filosofia? Sem dúvida de uma dupla necessidade do homem: primeiro, de compreender o Universo, desvendar os seus mistérios e, como consequência, a necessidade de racionalizar a sua conduta em face dos grandes problemas da vida.

A filosofia antiga, era, por assim dizer, uma espécie de saber universal.

Entre os povos que deram grande incremento a este saber encontram-se os Gregos dos quais Sócrates é a figura dominante. Grande filósofo mostrou que seria impossível ao homem compreender o Universo sem primeiro se conhecer a si mesmo. E' célebre a sua máxima inscrita no frontão do Templo de Delfos: «Conhece-te a ti mesmo». Segundo afirma Cicero, Sócrates fez descer a filosofia do céu à terra. Os seus discípulos e continuadores, foram Platão e Aristóteles.

Depois desta primeira época segue-se o período da filosofia medieval em que o pensamento filosófico se concentra, nas soluções de natureza religiosa. O homem vê nos vários factos e problemas uma manifestação da vontade de Deus e a filosofia é considerada como auxiliar da Teologia.

A principal figura deste tempo é S. Tomás de Aquino cujos conceitos dominam, também, a Economia deste período.

Como reacção contra esta corrente surge-nos o Renascimento com os nomes centrais de Copérnico, Leonardo de Vinci, Galileu, Francis Bacon, Descartes e tantos outros. Os nomes de Bacon e Descartes representam duas atitudes diferentes perante o problema do conhecimento.

O primeiro afirma que todo o conhecimento assenta em dados sensoriais, em experiências, excluindo portanto qualquer maneira ideal e antecipada de pensar. E' de Bacon a célebre frase: «as Nações seriam felizes se os reis fossem filósofos ou os filósofos fossem reis».

O segundo, autor do clássico livro «Discurso sobre o Método» diz que se devem apoiar os raciocínios e juízos em coisas dadas como verdadeiras. E' muito citado o seguinte raciocínio: «Si je doute, je pense, je ne puis douter que je pense, et si je pense, je suis».

Através dos tempos, da filosofia separaram-se várias ciências como as ciências

(Conclui na pág. 6)

Em defesa da língua

A Construção Gramatical

Há, na construção gramatical ou sintáctica, dois aspectos a considerar: o da construção dos períodos e o da construção das frases.

A construção dos períodos apresenta-se, essencialmente, como um problema de pontuação: para se expor qualquer assunto é preciso articulá-lo em parágrafos, e dividir estes em períodos. Em cada período haverá apenas uma frase ou um conjunto de frases formando sentido completo e independente.

Emprega-se o sinal de pontuação chamado *ponto* ou *ponto final* para indicar o encerramento de cada período ou seja a conclusão dum pensamento.

Além do ponto, outros sinais de pontuação tornam-se ainda necessários para indicarem diferentes pausas ou cambiantes de expressão, também indispensáveis à inteligibilidade do discurso. Assim, a *vírgula*, que se indica na leitura por uma pequena pausa, serve para separar orações intercaladas, vocativos, etc. ...; *o ponto e vírgula* que separa orações coordenadas, quando extensas, e principalmente quando já foram subdivididas por vírgulas, obriga, na leitura, a uma pausa mais acentuada que a da vírgula mas menor que a do ponto final; os *dois pontos* metem-se antes de qualquer citação ou enumeração e são oralmente traduzidos por uma suspensão de voz ligeiramente superior à do ponto e vírgula.

O valor da pontuação nunca é por demais encarecido. Algumas saborosas historietas, quase anedóticas, aliás, põem-no em relevo por quase todos os compêndios escolares. Das «Leituras» de Virgílio Couto — I parte — livro do 1.º ano do Ciclo Geral Preparatório, no Ensino Técnico Profissional se reproduz o trecho que certamente já muitos conhecem, mas muitos outros talvez ignorem ou já tenham esquecido. Ei-lo:

«Um homem rico, sentindo-se morrer, pediu papel e pena e escreveu assim:

Deixo os meus bens à minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do alfaiate nada aos pobres.

Não teve tempo de pontuar e morreu.

A quem deixou ele a fortuna que tinha?

Eram quatro os concorrentes. Chegou o sobrinho e fez estas pontuações numa cópia do bilhete: Deixo os meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho. Jamais será paga a conta do alfaiate. Nada aos pobres.

A irmã do morto chegou em seguida, com outra cópia do escrito; e pontuou-a deste modo: Deixo os meus bens à minha irmã. Não a meu sobrinho. Jamais será paga a conta do alfaiate. Nada aos pobres.

Surgiu o altaiate que, pedindo cópia do original, fez estas pontuações: Deixo os meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do alfaiate. Nada aos pobres.

(Conclui na pág. 6)

A apreciação da Empresa

Empresa, é todo o organismo que se propõe produzir bens ou serviços para o mercado; bens ou serviços a que correspondem vários tipos de utilidade: — utilidade elementar (utilidade natural das matérias primas); utilidade de forma (utilidade dada às matérias primas depois de transformadas); utilidade de lugar (utilidade dada ao bem ou ao serviço colocando-o onde ele é necessário) e utilidade de tempo (utilidade de um bem, ou de um serviço existir num local onde é necessário).

Os serviços produzidos pelas empresas comerciais têm, em regra, a utilidade de tempo.

Numa empresa, é muito importante medir a produtividade técnica e a produtividade económica. A produtividade técnica mede-se pelo aumento do rendimento resultante da economia de tempo e de gastos na produção. A produtividade económica, mede-se pelo aumento do lucro, que, em geral, se aprecia na sua origem e nas suas relações, mediante o mapa de exploração e o mapa de desenvolvimento da conta de Ganhos e Perdas. Outro elemento importante para a apreciação duma empresa é, contudo, o Balanço, por onde se pode avaliar a «dimensão da empresa» e a «independência financeira». Assim, a dimensão da empresa pode medir-se pelo volume do balanço (soma do seu activo) embora também se use o montante dos negócios (volume das vendas). Deste ponto de vista, as empresas, podem ser pequenas, médias e grandes.

Uma empresa tem independência financeira quando:

$$\text{imobilizações} + \text{stock mínimo} \leq \text{capitais permanentes}$$

Entende-se por stock mínimo, o capital circulante que é necessário para assegurar a capacidade de produção de uma empresa; e por capitais permanentes, a soma dos capitais próprios com os empréstimos feitos à empresa a largo prazo.

Uma apreciação rápida pode ainda fazer-se a partir das seguintes taxas:

$$\text{Rendimento comercial} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Volume das vendas}}$$

$$\text{Rendimento económico} = \frac{\text{Lucro líq.} + \text{juros pagos ao cap. alheio}}{\text{capital permanente (médio)}}$$

$$\text{Rendimento financeiro} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Capital próprio (médio)}}$$

Claro que o significado dos dois últimos coeficientes só é dado pela comparação com a taxa de juro no mercado de capitais, pois, só assim, o empresário terá uma ideia verdadeiramente real, do funcionamento económico e financeiro da sua empresa.

Carlos Negrão

Al. 203, 3.º ano C. Geral Comércio

Leitura de números

Quando aprendemos a numeração falada (método de designar os números, usando uma quantidade restrita de palavras diferentes), foi-nos ensinado o seguinte procedimento:

a) Divide-se o número em classes de três algarismos.

b) Cada algarismo, dentro da mesma classe, corresponde: um à ordem das unidades, outro à das dezenas e o terceiro à das centenas.

c) Há a classe das unidades, a dos milhares, a dos milhões, e assim sucessivamente.

Assim o número: 2.731.625.321 277, ler-se-á, segundo o modo como aprendemos: dois triliões, setecentos e trinta e um biliões, seiscentos e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e um milhares e duzentos e setenta e sete unidades.

Surgiram, porém, outros critérios de leitura de números. De entre eles, referiremos o seguinte:

a) Opera-se como no processo anterior até se chegar aos milhões.

b) A partir dos milhões estabelecem-se classes de seis algarismos.

c) As designações passam a ser, para cada grupo de três algarismos: unidades; milhares; milhões; milhares de milhões; biliões; milhares de biliões; triliões; etc.

Por este critério, o número acima indicado seria lido assim: dois biliões, setecentos e trinta e um milhares de milhões, seiscentos e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte e um milhares e duzentos e setenta e sete unidades.

Como se vê, este segundo processo é uma adaptação do anterior, tendo a vantagem de evitar novas designações e de responder melhor à definição de numeração falada: «Método pelo qual se formam os nomes dos números, usando convenientemente poucas palavras diferentes» (definição extraída da Aritmética de Eduardo Ismael dos Santos Andrea).

A Comissão de Normalização, dependente do Ministério da Economia, recomenda este último método, de acordo com as decisões de um Congresso Internacional, mas prevenindo que se devem acrescentar as letras «n. i.» (iniciais das palavras «notação internacional») para que se saiba que é adoptado o sistema de leitura preconizado pelo referido Congresso.

António dos Santos Raposo Al. 20, 2.º ano Contab.

Formação de Técnicos (Conclusão)

respeita às centrais e aos maquinismos mas também em competição no que respeita a ajuda técnica especializada.

A «exportação» de técnicos, de cientistas e de professores vai desempenhar um importantíssimo papel no traçado da nova carta política do Mundo, no que respeita às zonas de influência das civilizações mais poderosas.

.....

Palavras de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional na primeira reunião dos técnicos portugueses de energia nuclear, que se realizou em Lisboa, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no mês de Janeiro, e que transcrevemos da Revista Actualidades Técnicas.

Características e objectivos do conhecimento científico

Conhecimento é a aquisição duma noção que anteriormente não possuíamos; é o acto com o qual as coisas tomam, para nós e através dos nossos sentidos, um significado.

Há várias formas de conhecimento:

— Conhecimento vulgar, resultante da observação e da experimentação de cada um, no seu dia a dia em que os fenómenos são observados e constatados independentemente das suas causas, da sua explicação podendo esta até diferir de indivíduo para indivíduo.

— Conhecimento científico, é o que pretende dar as causas dos fenómenos e, a partir delas, explicá-los.

— Conhecimento filosófico, pelo qual se medita sobre as causas últimas do fenómeno.

Quando dizemos «tenho sede», exprimimos apenas um conhecimento vulgar, sòmente devido à observação; se respondermos à pergunta «porque é que tenho sede»? já então teremos que aplicar o conhecimento científico: porquê, qual a causa. O conhecimento filosófico estudaria a realidade última e mais profunda do fenómeno, a sua transcendência.

As características do conhecimento científico são: O método, a generalidade e a unidade, e a forma colectiva da sua aquisição.

Método, é o conjunto de processos pelos quais atingimos o fim em vista, a explicação geral dos fenómenos.

Há dois métodos principais: o dedutivo e o indutivo.

Pelo método dedutivo, seguido nas ciências matemáticas, parte-se de definições, de axiomas e de postulados, e daí, deduzindo, raciocinando lògicamente, chega-se a uma conclusão e, com base nela, elaboram-se as leis que regem todos os fenómenos de iguais características. O método dedutivo é como que um complemento do método indutivo, visto que as definições de que se parte só podem ser concebidas depois de longa «observação» ou «experimentação», observação ou experimentação essa que pertencem ao método indutivo.

O método indutivo, usado nas ciências da Natureza (Física, Química, etc.) e nas ciências sociais (Psicologia, Sociologia, etc.) é portanto baseado na observação; a sua ordem de trabalhos é a seguinte:

Observação → formulação da hipótese → verificação da hipótese → formulação da lei.

Quer isto dizer: constatamos determinado fenómeno («observamos»), formulamos a hipótese: «passar-se-ão todos os fenómenos do mesmo género, e nas mesmas circunstâncias, do mesmo modo?»; a seguir verificamos se a nossa hipótese estava certa — experimentamos; se estava, formularemos então a lei.

No método dedutivo, a lei formulada é lógica, mas apenas formal, sem comprovação prática, ao passo que no método indutivo, experimentamos, portanto a lei será experimental e comprovada.

Presentemente, na ciência, usa-se uma fusão dos dois métodos:

Observamos, formulamos a hipótese; a partir dela deduzimos e a seguir verificamo-la e consequentemente formula-se a lei; isto é, esquematizando:

Observação → hipótese → dedução → verificação da hipótese → formulação da lei.

O fim do conhecimento científico é, como disse, a explicação dos fenómenos, a partir das causas; ora, uma vez descobertas estas, formulamos a lei; todos os fenómenos do género do que tínhamos observado e em iguais condições, serão, consequentemente, regulados por essa lei que é geral (pois regula todos os fenómenos); é a isto que se chama «*generalidade*» que é uma característica do conhecimento científico.

Mas a verdade é que uma vez descoberta a lei, todos os fenómenos iguais se reduzem à expressão única desta, como se fossem um fenómeno único — «*unidade*».

Aristóteles escreveu: «A ciência começa quando de um grande número de experiências se logra extrair uma concepção genérica que engloba todos os casos semelhantes».

O conhecimento científico, diz-se ainda, é «*colectivo*», comum, adquirido e trabalhado sucessivamente por muitas pessoas, enquanto que o conhecimento vulgar se limita à observação do dia a dia de cada um e pode ter significados diferentes.

No conhecimento científico colaboram sempre muitos indivíduos; quando um chega a descobrir determinada lei, a fazer alguma descoberta, utilizou as pequenas e as grandes coisas que, no mesmo campo, tenham sido descobertas por outros através dos séculos.

Pascal disse: «Toda a sucessão dos homens, no curso dos séculos, deve ser considerada como um único homem que subsiste sempre e aprende contìnuamente».

O conhecimento científico assenta em «ideias gerais».

Sócrates escreveu: «Não há ciência senão do geral».

Respondamos agora à pergunta: quais os objectivos do conhecimento científico?

— O fim do conhecimento científico é *descrever e explicar os fenómenos* a partir das suas causas; *determinar as leis* que ligam e regem os fenómenos e com base nessas mesmas leis *prever* descrever e explicar a *realidade*.

Eis, em síntese, os objectivos do conhecimento científico: formular as leis que ligam os vários fenómenos e, com base nessas leis, prever os acontecimentos.

António Manuel Simão Redondo
Al. 268, 1.º ano Contabilista

A escola deve adaptar-se à criança: o professor, o programa, o método, a escola estão lá para a criança.

De: Os métodos pedagógicos, de C. Palmade

Documentos

Le divorce de la science et de la "culture"

Il fut un temps où les savants considéraient avec dédain ceux qui tentaient de rendre leurs travaux accessibles à un large public. Mais, dans le monde actuel, une telle attitude n'est pas possible. Les découvertes de la science moderne ont mis entre les mains des gouvernements une puissance sans précédent dont ils peuvent user pour le bien ou pour le mal.

. . . . . .

Ceux qui savent effectivement servir de trait d'union entre les techniciens et le public accomplissent une tâche qui est nécessaire nont seulement pour le bien-être de l'homme, mais simplement pour sa survie. Je crois que l'on devrait faire beaucoup plus dans ce sens, pour assurer l'éducation de ceux qui ne se destinent pas à devenir des spécialistes scientifiques. Le Prix Kalinga rend un immense service à la société, en encourageant ceux qui s'attaquent à cette entreprise difficile.

Dans mon pays, et, à un moindre degré, dans d'autres pays de l'Occident, on considère en général — par suite d'un regrettable appauvrissement de la tradition de la Renaissance — que la «culture» est essentiellement littéraire, historique et artistique. Un homme n'est pas considéré comme inculte s'il ignore tout de l'oeuvre de Galilée, de Descartes et de leurs successeurs. Je suis convaincu que tout le programme d'enseignement général devrait comprendre un cours d'histoire de la science du XVII[e] siècle à nos jours, et donner un aperçu des connaissances scientifiques modernes, dans la mesure où celles-ci peuvent être exposées sans faire appel à des notions techniques. Tant que ces connaissances sont réservées aux spécialistes, il n'est guère possible aux nations de diriger leurs affaires avec sagesse.

. . . . . .

Actuellement, la technique scientifique progresse à la façon d'une vague de chars d'assaut qui auraient perdu leurs conducteurs: aveuglément, impitoyablement, sans idée ni objectif. La principale raison en est que les hommes qui se préoccupent des valeurs humaines, qui cherchent à rendre la vie digne d'être vécue, vivent encore en imagination dans le vieux monde pré-industriel, ce monde qui nous a été rendu familier et aimable par la littérature de la Grèce et par les chefs-d'oeuvre — que nous admirons à juste titre — des poètes, des artistes et des compositeurs, de l'ère pré-industrielle.

Ce divorce entre la science et la «culture», est un phénomène moderne. Platon et Aristote avaient un profond respect pour ce que de leurs temps on connaissait de la science. Le Renaissance s'est autant préoccupée de rénover la science que l'art et la littérature. Léonard de Vinci a consacré plus d'énergie à la science qu'à la peinture. C'est aux architectes de la Renaissance que l'on doit la théorie géométrique de la perspective. Pendant tout le XVIII[e] siècle, de grands efforts ont été entrepris pour faire connaître au

Termina na pág. 5

PORTUGAL NO MUNDO

A unidade política de um Estado, salvo o caso de se manter pela força, só é possível obter-se, se houver uma unidade espiritual forte a ligar todas as parcelas que o constituem.

«Portugal é um Estado Unitário, com um só território, uma só população e um só governo».

Consubstanciada nesta legenda, a unidade política de Portugal, só foi possível, graças ao espírito de nacionalidade criado entre populações de culturas tão diversas espalhadas pelo Mundo, que tomaram a cultura portuguesa como denominador comum.

Embora a acção de Portugal no mundo, e designadamente em Africa, se deva considerar longe de ter atingido o seu fim, o caminho percorrido é garantia segura da sua capacidade civilizadora, como o é a própria obra realizada na recuperação de povos aos quais levou a paz, refreando o poder despótico dos chefes gentílicos; dando-lhes a segurança indispensável para que as suas vidas se desenvolvessem livremente, tornou possível a sua evolução para um estádio de civilização que lhes garante a satisfação das suas principais necessidades.

A par da segurança, colocou à disposição desses povos um sistema de comunicações, de transportes, de assistência religiosa, sanitária e educacional, de exploração de recursos naturais e valorização económica sem paralelo na história dos progressos extra-metropolitanos.

Procurando sempre o convívio pacífico com outros povos, na base do entendimento cordial e justa repartição de interesses, os portugueses esforçaram-se por chamar às suas ideias, ao seu esquema moral, social, religioso e político, os soberanos gentílicos e os povos dessas rudimentares políticas negras.

Só assim teria sido possível constituir uma família dispersa no espaço, mas bem unida pelo espírito e pelos interesses comuns que a história criou.

A acção de Portugal processou-se igualmente nos aspectos material e cultural, contràriamente, porém, ao que sucedeu com certas potências civilizadoras que cometeram o grave erro de fazer incidir a sua acção mais sobre o aspecto material do que sobre o cultural.

Procedendo assim, criaram as condições necessárias para que a evolução cultural desses povos se processasse livremente. Daí o erro irremediável de eles atingirem o nível da potência civilizadora nos seus aspectos materiais, afastando-se cada vez mais dela no campo espiritual.

Volvidos que são cinco séculos sobre o início da expansão através do Mundo, se analizarmos as correntes políticas que vertiginosamente lançam a confusão entre os povos, muito especialmente entre os menos evoluídos, a nossa atenção deve incidir sobre a necessidade de se promover uma harmónica e mais rápida assimilação das populações às quais se estende a nossa acção civilizadora.

A adopção do princípio de assimilação espiritual, como um dos pilares da política portuguesa no seu Ultramar, garantindo a transformação daqueles povos em comunidade culturalmente portuguesa, consolidou a unidade espiritual da mesma comunidade.

Repare-se porém, que não há no Mundo exemplos de unidades políticas entre povos de línguas e religiões diferentes salvo se, a ligá-los, tiver havido interesses e cultura comuns, ou o factor força militar ou técnica.

Portugal não poderá fugir a esse determinismo Universal.

Desde que os interesses económicos e a cultura sejam comuns a todos os povos que a constituam, a Nação Portuguesa será sempre uma unidade política, muito embora as suas parcelas constituintes estejam geogràficamente dispersas.

Numa Era em que as pequenas unidades políticas dificilmente conseguem realizar as condições de vida necessárias e em que portanto, as necessidades de sobrevivência aconselham, e mesmo impõem, a constituição de grandes blocos políticos e económicos, a solidariedade económica será uma sólida garantia da unidade política.

A política de Portugal seguida nas suas vastas províncias ultramarinas assenta desde longa data nos seguintes princípios: unidade política, assimilação espiritual, solidariedade económica e diferenciação administrativa.

Que melhores princípios poderiam servir os interesses da Nação e das suas populações e, indirectamente, os da própria comunidade internacional?

Aos homens, porém compete pô-los criteriosamente em prática e deles e só deles dependerá a sua eficiência na luta pela realização de um espírito de nacionalidade comum, contra um Mundo cada vez mais hostil e que não perdoa faltas de objectividade.

Machado de Castro
Major

Futuro económico de Portugal

(Conclusão)

bilização da poupança e a concessão do crédito.

7. *O estudo da repartição funcional e pessoal do rendimento com vista à sua correcção* de modo a alcançar-se uma repartição que contribua para resolver os problemas sociais do trabalho.

8. *A orientação da política fiscal* no sentido de tributação, sempre que possível, não do rendimento normal mas do rendimento real.

9. *O incremento das exportações para o estrangeiro.*

3.ª O elevado grau de dependência externa da economia portuguesa e a transformação em curso na estrutura económica europeia requerem, pela sua extrema delicadeza, cuidados especiais.

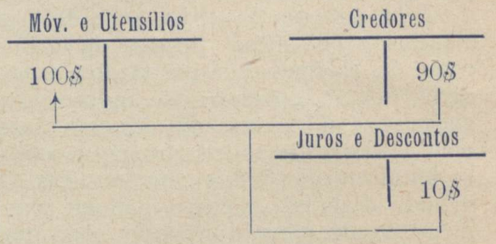
Extraído do livro Conclusões do II Congresso dos Economistas Portugueses e do II Congresso da Indústria Portuguesa.

A Técnica Digráfica

Para contabilizar qualquer facto patrimonial existem dois processos que são designados, um por Unigrafia, ou de partidas simples, e outro por Digrafia, ou de partidas dobradas.

Todo o empresário deveria registar as suas operações de modo a poder conhecer-se, permanentemente e completamente, a composição e o valor do seu património. Porém, isto nem sempre acontece, porque algumas pessoas não acompanham todas as modificações na composição e no valor do património limitando-se, apenas, a registar algumas delas; é o que se verifica com o processo unigráfico de contabilização cuja falha central é a de não utilizar contas de Situação Líquida, pelo que não regista os factos patrimoniais modificativos e não se encontra portanto apto a dar a conhecer em qualquer momento, o valor do património. Já o mesmo não sucede com a técnica digráfica. E' costume apresentar-se como sua característica fundamental o seguinte princípio do jogo de contas: na contabilização de qualquer facto patrimonial (alteração à composição ou ao valor do património) o valor total das importâncias movimentadas a débito é sempre igual ao valor total das importâncias movimentadas a crédito.

Ora vamos ver que tal princípio não é mais nem menos do que uma consequência de, na técnica digráfica, se usarem contas de Situação Líquida. Suponhamos que realizávamos a seguinte operação:



Claro que se representarmos por: S_1 e S_2 a Situação Líquida inicial e final, relativamente a esta operação.

A_1 e P_1, o activo e passivo iniciais.

Teremos:

$S_1 = A_1 - P_1$

$S_2 = A_1 + 100 - (P_1 + 90)$

Logo $S_2 = A_1 - P_1 + 10$

E' evidente, portanto, que a Situação Líquida aumentou de 10, aumento que se regista, como se verifica no exemplo apresentado, numa conta de Situação Líquida se se usa a Técnica Digráfica.

Parece, assim, demonstrado que o princípio acima referido do jogo de contas é uma simples consequência de um facto mais importante e característico da Técnica Digráfica a criação das contas de Situação Líquida, nas quais se registam todas as alterações ao valor do património.

João Pacheco
Al. 174, 2.º ano C. Geral Comércio

A VIDA NACIONAL EM NÚMEROS

O excelente Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística, informa-nos do que se passou no Continente e Ilhas:

1 — Demografia

No mês de Setembro, nasceram 17.683 pessoas, morreram 8.045, havendo, assim, um saldo fisiológico de 9.638 vidas.

Das 8.045 pessoas falecidas, 2.075 não chegaram a atingir um ano de vida; não atingiram os cinco anos, 3.315; e 2.823 morreram com 65 ou mais anos.

As causas de morte mais frequentes são: 1 — Gastrites, duodenites, enterites e colites: 2.065; 2 — Senilidade: 901; 3 — Lesões vasculares: 654; 4 — Tumores malignos: 653; 5 — Outras doenças da 1.ª infância: 514; 6 — Pneumonia: 425; 7 — Doença arterioesclerótica e degenerativa do coração: 399; 8 — Tuberculose do aparelho respiratório: 331. Houve 6.758 casamentos.

2 — Produção e consumo

A energia eléctrica produzida em Setembro foi, em milhões de kwh., de 147,5, sendo de origem hidráulica 146,1 e de origem térmica 1,4.

Estimativa de algumas colheitas em 1957. (Base, 1956 — 100). Batata, 103,8; Milho, 81,4: Feijão, 82,2; Arroz, 100,8; Vinho, 78,4.

Foram pescados no mês de Agosto, no continente 22,8, milhares de toneladas das quais, 9,9 de sardinha.

Foram abatidos no mês de Outubro de 1957:

Bovinos: 22.837; Ovinos: 46.157; Caprinos: 12.566; Suínos: 45.998; Equídeos: 1.644 cabeças de gado.

O peso limpo destas 129.202 cabeças foi de 7.085.245 kgs.

3 — Comércio externo (comércio especial)

Nos meses de Janeiro a Novembro, foram importadas mercadorias que pesavam 3.583.361 toneladas com o valor de 12.770.335 contos e exportadas mercadorias com o peso de 2.246.544 toneladas e ao valor de 7.292 942 contos.

Foram importadas matérias primas no valor de 7.179.401 contos e exportadas: matérias primas, 2.150.698 contos; substâncias alimentícias, 2.037.306 contos; fios, tecidos e feltros e respectivas obras 1.173.660 contos.

Os nossos principais clientes, nos meses de Janeiro a Novembro, foram:

Ultramar, com o qual tivemos um saldo positivo de 432.339 contos; Estados Unidos da América, saldo negativo de 809.525 contos; Iraque, idem de 652.698 contos; Reino Unido, idem de 663.412 contos; Alemanha, idem de 1.596.779 contos; França, idem de 692.327 contos; Bélgica-Luxemburgo, idem de 529.823 contos.

4 — Vida Comercial

Foram descontados, em Setembro, 553.700 efeitos comerciais correspondentes a 3.786.000 contos e protestados 5.090 no valor de 22.630 contos.

No 3.º trimestre de 1957 foram constituídas sociedades com um capital de 124.800 contos e dissolvidas com um capital de 10.900 contos.

5 — Preços

No mês de Setembro:

Índice de preços de retalho (no consumidor) em Lisboa. — Base (100): 1.7.948 a 30.6.1949

Alimentação 108; Vestuário e calçado, 106; Habitação, 101; Combustíveis e electricidade, 102; Higiene, 118; Diversos, 107; Conjunto, 106.

Índice de preços por grosso (no produtor) em Lisboa — Base (100): 1948

Alimentação, 103; Bebidas e tabaco, 110; Matérias primas não alimentares, excepto combustíveis, 170; Combustíveis e lubrificantes, 132; Produtos da indústria química, 110; Produtos manufacturados 115; Conjunto, 115.

6 — Mercado de capitais (monetário)

As taxas do Banco de Portugal mantinham-se, em 30 de Outubro de 1957, em 2 1/2 % para o desconto directo e 2 % para o redesconto. Nos restantes bancos a taxa média de desconto dos efeitos comerciais sobre o Continente, Ilhas e Ultramar, foi de 3,738 %, em Setembro.

7 — Mercado de capitais (financeiro)

A taxa média do juro real, em Setembro, da dívida pública foi de 3,04 % e a das restantes obrigações de 3,70 %.

A taxa média do juro dos empréstimos hipotecários foi no mês de Setembro, de 4,020 %.

8 — Mercado cambial

Preços das principais moedas estrangeiras, em moeda nacional, em Setembro:

Londres, £ esterlina, 80$92; Paris, franco, $06,9; Madrid, peseta, $68,6; New York, dólar, 28$90; Berlim, deutschmark, 6$87,8; Genebra, franco suísso, 6$60,9; Amesterdão, florim, 7$60,5; Bruxelas, franco belga, $57,8; Estocolmo, coroa sueca, 5$56,7; Oslo, coroa norueguesa, 4$04,6; Copenhague, coroa dinamarquesa, 4$18,4; Helsínquia, marco, $10,9.

9 — Situação do Banco de Portugal

(Situação em 30-10-57, em contos)

Reservas	12.027.226	
Saldos no estrangeiro e outras responsabilidades	—29.210	11.928.016
Notas em circulação	11.840.057	
Outras responsabilidades esc. à vista	9.704.697	21.544.754
Cobertura das responsabilidades escudos à vista		55,7 %

10 — Meios de pagamento em poder público

(Setembro)

Notas em circulação	+	11.640.000	contos
Moeda divisionária	+	517.000	
Em poder dos Bancos	—	1.179.000	10.978.000
Depósitos à ordem	+	35.793.000	
» obrigatórios do Tesouro	—	2.752.000	
Depósitos inter-bancos	—	9.701.000	23.340.000
Total			34.318.000

11 — Finanças públicas

Movimento de dinheiro nos Cofres Públicos, em Setembro, em milhares de contos.

Entradas: 1847; saídas: 1790.

12 — Espectáculos públicos

Espectadores no 3.º trimestre de 1957, no continente, em milhares:

Cinema: 5.871; Teatro: 50; Variedades: 49; Touradas: 141; Espectáculos publicitários: 15; Concertos: 5; Circo: 3. Total geral: 6.134 dos quais, em Lisboa, 2.341 e no Porto, 619.

13 — Turismo

Os nossos hoteis e pensões registaram, em Setembro, 104.409 dormidas de estrangeiros (não só de turistas), dos quais:

25.930 de Franceses; 12.611 de Americanos; 19.684 de Ingleses; 10.485 de Espanhóis; 6.481 de Brasileiros; 5.347 de Alemães da Rèpública Federal.

Alunos 128, Sebastião e 274, Ferreira
1.º ano Contabilista

Moral e vida escolar

(Conclusão)

Um dia Júlio César, encontrando-se a bordo de um barco, surpreendido por fortíssima tempestade, disse ao marinheiro, que ao seu lado tremia cheio de medo: «Porque estás com medo? Não vês que levas César contigo?» Se este pensamento foi capaz de reanimar os músculos do remador que lutava contra a tempestade, quanto mais a certeza, de que o jóvem de alma pura é Templo vivo de Deus, dará forças sempre novas aos jóvens de hoje.

E' este sem dúvida o verdadeiro Ideal que forma e faz surgir aquelas almas nobres de que nos fala o Santo Padre, e que tanto desejávamos vêr, não só em muitos, mas em todos os nossos rapazes.

P.e Ruy Corrêa Leal
Capelão do I. P. E.

DOCUMENTOS

(Conclusão)

public les travaux de Newton et de ses contemporains. Mais à partir du début du XIX^e siècle, les concepts et les méthodes scientifiques deviennent de plus en plus abstrus, et toute tentative pour les rendre intelligibles au plus grand nombre apparaît de plus en plus illusoire. La théorie et la pratique de la physique nucléaire moderne ont révélé brutalement qu'une ignorance totale du monde de la science n'est plus compatible avec la survie de l'humanité.

Transcrito, de Le Courrier da Unesco, da alocução proferida por Bertrand Russell, sábio, filósofo e escritor britânico por ocasião da cerimónia em que lhe foi entregue o Prémio Kalinga, instituído para recompensar os principais intérpretes da Ciência. Bertrand Russel é, também, Prémio Nobel da Literatura por ele recebido em 1950.

PORTUGAL NA HISTÓRIA

(Conclusão)

E, contudo, durante os seis anos do seu governo, tomou Goa, tomou Malaca, tomou Ormuz, destruiu o poder dos mouros, planeou a sua ruína completa com desviar o curso do Nilo, e arrasar Meca. O brado das suas espantosas acções, com que tinha assombrado todo o Oriente, obrigou o rei das ilhas de Naldiva, Vengapor e o próprio Hidaleão — era um mouro de origem e religião que tinha usurpado Goa ao seu legítimo soberano — a procurá-lo para protector dos seus Estados; e em demonstração de obediência se fizeram tributários à nossa Coroa. Recebeu diversos embaixadores dos Príncipes da Pérsia e da Arábia, e dos Reis de Pagée, Bengala, Sião e outros, solicitando a sua amizade. Mandou embaixadores e descobridores aos países mais remotos, ajustando pazes e comércio com muitos Príncipes e recebemos de todos eles testemunhos de respeito; morreu perseguido até ao leito da morte pela ingratidão do Rei e soltando o brado de desalento de todos os grandes homens, que lutam durante a vida com as mesquinhas paixões dos pigmeus que os cercam.

Na sua dôr amarga sairam, muitas vezes da sua boca as seguintes palavras — «*É pelo serviço do Rei, que fiquei mal com os homens, e é pelos homens que suporto a inimizade d'El-Rei*» — Desço ao túmulo, pobre e desgraçado.

Antes de morrer e a conselho dos seus mais leais amigos e servidores, escreveu a El-Rei D. Manuel a carta a seguir, que é nobre e significativa.

«*Senhor — Quando esta escrevo a Vossa Alteza, estou com um soluço que é o sinal da morte. Nesses Reinos tenho um filho; peço a Vossa Alteza que o faça grande, como meus serviços merecem; que lhe tenho feito em minha serviçal condição, porque a ele mando, sob pena da minha bênção, que vo-los requeira. Enquanto ás cousas da India nada vos digo, porque ela falará por si, e por mim.*»

Assim, que ele morreu, povos e reis perceberam, pelo baque da queda, que grande vulto era esse que tinham menosprezado. D. Manuel deu ao filho as recompensas que negara ao pai, e os índios, conhecendo, pela comparação com os seus sucessores, que íntegro e nobre espírito era o de Afonso de Albuquerque, vinham ajoelhar-se diante do seu túmulo pedindo-lhe justiça, e invocando-o como a um Deus.

Depois de celebrados os tratados de paz com os reinos de Cambaia, Cabul, Onor, Baticala até ao Cabo Samorim, e com os Príncipes da China, Java e Molucas, sentiu-se doente, estando ainda em Ormuz. Quando sentiu algum alívio nos seus padecimentos, tomou a resolução de se retirar para Goa.

Mal chegou a Goa foram inúteis os esforços médicos para o salvar; morreu antes de romper o dia de Domingo, 16 de Dezembro de 1515.

Contava 63 anos de idade; seu corpo foi amortalhado com o Manto Militar da Ordem de Santiago, de que era Comendador. Foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Serra que mandara edificar, em agradecimento do feliz sucesso da conquista de Malaca. Passados 51 anos foi trasladado para o Convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, com pompa digna de tão grande herói.

Ainda que nem sempre o triunfo coroasse as empresas de Afonso de Albuquerque, contudo foi ele, sem contradição, o que levou mais longe nas Índias a glória e o poder dos portugueses. Foi reconhecido como um dos mais hábeis generais que têm existido, e debaixo deste ponto de vista, não se lhe pode apontar outro defeito, senão aquele de se expor muitas vezes como um simples soldado. Foi tão generoso, que dando às suas tropas os despojos alcançados em tantas conquistas, morreu pobre. Seu nome, sendo até agora apontado pelas vozes da fama, chegará com a mesma glória à última posteridade.

ELOY VALVERDE
Major
Subdirector interino do I. P. P. E.

Evolução da Filosofia

(Conclusão)

Matemáticas, a Física, a Química etc., todas elas com os seus objectos e métodos próprios.

Mas depois desta restrição do campo da filosofia, pergunta-se: o que lhe ficou a pertencer?

Segundo Kant, a resposta a duas ordens de questões: O que é que os homens podem conhecer?

O que é que os homens devem fazer?

Posto que cada pessoa tenha necessidades e possibilidades próprias de conhecer o Universo, de meditar sobre os seus problemas, parece que a filosofia tende a ser, permanentemente, um domínio de reflexão que cada um, por mais modesto que seja, continuará a fazer sobre os complexos problemas do Universo e do Homem.

Henrique Candeias
Al. 294, 1.º ano Contabilista

Em defesa da língua

(Conclusão)

O Juíz estudava o caso, quando chegaram os pobres da cidade; e um deles, mais sabido, tomando outra cópia, pontuou-o assim: Deixo os meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do alfaiate? Nada! Aos pobres».

O exemplo apresentado, idêntico a tantos outros, mostra bem que sem a pontuação as palavras formam apenas um aglomerado confuso, quando não caótico, de que dificilmente se entendem o sentido e a expressão.

Alves Ribeiro
Capitão

PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO

Formação de Técnicos

Não há dúvida alguma de que a maior preocupação do chamado mundo livre — e também da outra face do Mundo — é a formação de técnicos especializados nos vários sectores criados pelo advento da energia atómica, da electrónica, da cibernética, da automação.

As nacionalidades caracterizam-se por uma cultura e todas as culturas são influenciadas pelas técnicas.

Forma-se, assim, um circuito fechado: sem prejuízo da cultura de base, a escola tem de evoluir no sentido de formar em número e qualidade os técnicos necessários ao aumento do nível de vida.

Pelo que respeita a nós, Portugueses, esta preocupação de formação de bons técnicos é não só fundamental como premente.

A nossa Terra tem vastas parcelas dispersas pelo Mundo, territórios que há-de valorizar e impregnar de lusitanismo.

Necessitamos de homens sãos de corpo e de espírito especializados nas novas técnicas, mas necessitamos também de outros versados nas técnicas convencionais que tendem a desaparecer.

Esta grande tarefa só a escola a pode realizar. Só a escola! E não devemos perder tempo!

Técnica e energia abundantes são os dois polos de qualquer plano de fomento.

Ora tendo-se reconhecido que a massa e a energia não são coisas distintas, mas que a massa se apresenta como uma reserva de energia, desapareceram as apreensões da humanidade no que respeita a um dos factores principais da industrialização.

Mais: sabe-se já transformar algumas massas em energia e a técnica actual da cissão, só por si, transforma completamente as possibilidades futuras dos países desprovidos dos combustíveis, agora impròpriamente chamados convencionais.

Quero dizer que, mesmo sem levar em conta o potencial gigantesco das fontes energéticas comandadas pela irradiação solar, a humanidade deixou de ter apreensões quanto à falta de energia.

Mas — cuidado! — foi uma humanidade armada de uma técnica complexa que se tornou optimista e não uma humanidade sem cultura técnica!

Hoje, quando a energia atómica revolucionou grande parte dos conceitos clássicos sobre a localização das actividades económicas, aumentou ainda mais a preponderância do homem nos planos de fomento.

A Grã-Bretanha poderá desde já pensar na venda de centrais nucleares. A posição da Grã Bretanha não é única.

Os Estados Unidos e a Rússia estarão muito brevemente em condições de, no mesmo campo, entrarem em competição, não só em concorrência comercial no que

(*Segue na pág. 2*)

Agenda do Pupilo

Gratidão aos mestres

Capitão Rios de Sousa

Um acidente brutal, ocorrido em Palma de Maiorca, em 19 de Setembro de 1957, roubou-nos, para sempre, o convívio e os conselhos do distinto professor do Curso de Radiomontador, Capitão, Engenheiro Mário Jorge Rios de Sousa.

Professores que deixaram o I. P. E.

Ex.mo Tenente-coronel, Manuel Cortez Marinho Falcão dos Santos; Ex.mo Tenente-coronel, Amadeu Cesar Leal da Silva; Ex.mo Capitão José Manuel da Cunha e Ex.mo Capitão, José Maria de Lemos.

Uma carta do Ex.mo Capitão Amado da Cunha

.....

Há pouco, aproveitando uns minutos de ócio, comecei a ler este belo trabalho dos Ex.mos Colegas, Camaradas e Alunos, mal imaginando que os meus olhos poderiam pousar sobre o meu nome...

... E nada têm que me agradecer porque, se alguma coisa fiz e trabalhei, sòmente se deve interpretar como o cumprimento das minhas obrigações, e a obrigação cumprida não exige agradecimento.

E' a mim que compete agradecer a todos o carinho, atenções, amizade, boa camaradagem e facilidades que fizeram o favor de me dispensar, tornando-me agradável o trabalho num ambiente encantador que suavizou a agrura deste caminhar até ao fim, sentindo mãos amigas a amparar-me nos últimos passos neste Instituto, que tanto soube cativar-me.

.....

Camaradagem

Os alunos do 1.º ano de Contabilista, 128, Edmundo das Neves Sebastião e 274, Joaquim Miranda Ferreira, têm a seu cargo um curso de explicações de contabilidade destinado aos alunos do 2.º ano do Curso Geral de Comércio que o queiram utilizar.

Mérito pelo trabalho

Concorreram aos prémios instituidos pelo nosso jornal, os seguintes alunos:

Prémio Contabilidade I

30, Manuel António Duran Clemente
208, Alexandre Cardoso Matias

Prémio Economia

162, Vitor Manuel Camocho Carvalho
211, José Gerardo Barbosa Pereira.

Oportunamente serão dados a conhecer os resultados.

O nosso jornal

Foi bem acolhido o primeiro número do nosso jornal. Não queremos, no entanto, deixar de agradecer as palavras amigas e honrosas com que nos distinguiram a Associação dos Antigos Alunos do I. P. E., os Directores das Escolas Comerciais do Ateneu Comercial de Lisboa e Ferreira Borges e, sobretudo, pelo alto significado de que se revestiram, as palavras que, em nome do corpo docente do Instituto Comercial do Porto, nos dirigiu o seu Ilustre Director.

Livros, Revistas e Jornais

Revista de Contabilidade e Comércio

Desta excelente revista que, há largos anos, vem dedicando especial atenção aos assuntos da contabilidade, respigamos do seu número de Dezembro de 1957 e dos seguintes artigos:

Organização da Empresa: Estatistica e Contabilidade Industrial, por A. Tavares Júnior, Director do Instituto Comercial do Porto.

.. ..

Na indústria, não basta a determinação do que a empresa deve a terceiras entidades, do quantum de letras a pagar ou a receber, dos créditos alheios gerados no abastecimento ou dos créditos próprios em que o fluxo de produtos para o exterior se resolve... Quer dizer: o que se exige da contabilidade, além do simples enunciado da situação económica ou financeira das pessoas, é a definição das relações e a medida dos valores que existem dentro da empresa e das mutações que neles ocorrem...

E' na objectividade do neo-cantismo... fundamentado nos conceitos marcadamente materialistas de Besta, que a contabilidade moderna vai buscar os seus forais científicos e as suas aptidões, aproveitando da velha e tradicional conta apenas a designação — visto que aquela deixa de ser um registo gráfico de direitos e obrigações para constituir fundamentalmente um grupo qualitativamente homogéneo ou classe de unidades de valor (Dumarchey), in Théorie positive de la comptabilité),

.. Vinculada ainda ao processo tradicional de representação gráfica, isto é, à escrituração, esta deixou de ser o objectivo e a essência da contabilidade, para ser apenas uma das suas servidoras, como simples modalidade de expressão, tal e qual como a palavra o é do pensamento .

Assim aparentado muito mais estreitamente com a Economia do que com o Direito, o neo-contismo tem perante si o problema teórico da definição e medida do valor, em cujas buscas de solução se tem empenhado a legião dos homens das ciências sociais que nasceu do velho Adam Smith e proliferou até aos da Escola Matemática com a sua teoria da utilidade marginal...

Do Crédito e do Juro, pelo Dr. Ramos Pereira.

... A característica fundamental da operação de crédito é, pois, a existência de uma prestação actual e de uma contra-prestação futura; troca-se o real actual pelo real futuro .. Na fase actual da economia monetária — em que «a banca domina a vida económica» (R. ALHEINC) — o crédito assume, principalmente, a característica de cedência temporária de dinheiro ou, por outras palavras mais precisas, de transferência momentânea de uma capacidade de saque sobre o produto social. O crédito é uma forma de aplicação de poupanças formadas, uma cedência de liquidez..

Seguros

Desta valiosa revista cultural e técnica, transcrevemos do seu número de Dezembro de 1957:

Em defesa do seguro privado, alma da previdência activa, por Arturo A. Fauvety, presidente da Associação Argentina dos Seguradores.

.....

O seguro privado não é um conjunto das sociedades financeiras qne negoceiam as apólices com o fim exclusivo de lucro e sem desejo de servir.

.. Naturalmente que as sociedades seguradoras devem considerar entre os seus objectivos o benefício do lucro, porém, este objectivo — inerente a toda a empresa humana — não é de modo algum incompatível com a finalidade ética do seguro privado...

Cremos, com efeito, já superada a concepção que classificamos simplicista e ingénua, segundo a qual existe uma antinomia irredutível entre os superiores fins sociais do bem comum e os interesses particulares que procuram o benefício económico.

...Temos fé na harmoniosa conciliação das forças que a natureza concedeu, tanto ao homem para o seu progresso individual, como à sociedade humana para que se atinja o bem estar colectivo.

Este último deve ser realmente a meta suprema de toda a organização social, porém não deve ser procurada à custa do aniquilamento da hierarquia individual, mas sim pelo aproveitamento máximo e pela conjugação de esforços pessoais, porque o génio, esse sopro divino da inteligência e da vontade, que fertiliza desertos e move os mundos, não foi conferido por Deus a providenciais condutores, nem concedido tão-pouco aos Poderes Públicos, cuja função eminentemente reguladora não deve perturbar — e ainda menos anular — a acção individual, quando é benéfica e justa.

.....

O seguro privado é uma das forças básicas da economia... Não deve, nem convém que esta imensa instituição mundial... seja substituída, ainda que parcialmente, pelo Estado...

.....

Diário Ilustrado

O mais jóvem diário da capital criou um interessante suplemento económico.

Respigamos do seu número de 1 de Fevereiro, breves passagens dos artigos que indicamos a seguir:

Progresso na Europa

A opinião pública mundial só agora verdadeiramente começa a tomar consciência do extraordinário desenvolvimento económico da Europa nos últimos anos. Considerando os países da O. E. C. E., quer dizer: as Ilhas Britânicas, a Islândia e toda a parte «ocidental» do Continente, com excepção da Finlândia e da Espanha — a Europa constitui o nais notável exemplo da evolução económica contemporânea na última década. Alguns números, breves, dirão incisivamente, mais do que palavras...

Nos últimos 5 anos, enquanto a produção industrial dos Estados Unidos aumentou apenas de 16 %, e a produção industrial, por cabeça, de 6 %, na Europa, a primeira elevou-se de 37 % e a segunda cresceu mais de 30 %.

O consumo europeu não podia deixar de reflectir este notável surto económico, que está transformando um continente reputado em decadência num renovado baluarte da defesa do progresso e da civilização. Assim, nos últimos 5 anos, o consumo europeu, por cabeça, de bens de consumo duradoiros — como automóveis e aparelhos domésticos — aumentou de cerca de 60 % ..

Novos rumos da mecanização agrícola pelo Prof. Castro Caldas.

E' particularmente sugestivo o que se está passando em matéria de força-motriz — tractor e cavalo — na Grã-Bretanha.

.....

Verifica-se que, a partir de 1950 passou a haver mais tractores do que cavalos, o que corresponde a uma alteração de grande importância.

No entanto, se é certo que na Grã-Bretanha e nos E. U. A., cada novo tractor substitui em média quatro a seis cavalos ou mulas, não é geral, mesmo em países de forte industrialização, a supressão do animal de trabalho.

.....

Chaque homme représente une valeur transcendante et absolue car l'auteur de la nature humaine lui a donné une âme immortelle.

PIO XII

Futuro económico de Portugal

O II Congresso dos Economistas Portugueses e o II Congresso da Indústria Portuguesa, que se realizaram conjuntamente em Lisboa de 26 de Maio a 1 de Junho de 1957, tiveram por objecto o estudo da situação e perspectivas das várias indústrias, com vista à aceleração do desenvolvimento económico da Metrópole e Ultramar, e examinaram as condições e os meios de conseguir tal aceleração.

Esse estudo tornava-se indispensável e urgente, dado Portugal situar-se entre os países de menores capitações de rendimento e de mais reduzida produtividade, e ser possível, através de uma rápida industrialização, sair do atraso em que se encontra, que nem de longe corresponde às potencialidades dos recursos metropolitanos e ultramarinos.

. . . . . .

Os Congressos formularam as seguintes conclusões que seguidamente se enumeram ou resumem:

1.ª são pressupostos de uma política consequente e eficaz de crescimento económico:

1. *A definição das linhas de interligação a estabelecer com o Ultramar*, pois é elemento fundamental a unidade económica Ultramar-Metrópole.

2. *O planeamento global dos investimentos* de modo a conseguir-se um progresso harmónico dos componentes do todo nacional, tendo em atenção o poder criador da iniciativa privada.

2.ª A aceleração do crescimento económico exige, fundamentalmente:

1. *A difusão da mentalidade industrial*, ou, melhor, de uma mentalidade económica nacional esclarecida nomeadamente, orientando o ensino, desde a Escola Primária, no sentido de despertar o espírito inventivo e o interesse pelos assuntos ligados à produção.

2. *A rápida industrialização do País.*

3. *A intensificação do ensino técnico e da formação de técnicos*, a todos os níveis, quer no campo da tecnologia, quer no da organização.

O estudo das condições de trabalho em quase todas as indústrias revela que a fraca ou nenhuma preparação do pessoal constitui um dos mais graves obstáculos a progressos de produtividade; e a falta de escolas técnicas em número suficiente e a de certas especializações básicas representam dificuldades quase insuperáveis para a expansão industrial.

4. *O incremento de todas as formas de investigação*, mediante o desenvolvimento do espírito de investigação nas Escolas, e em particular nas Universidades, bem como a criação de instituições devidamente equipadas.

5. *A criação de instituições ou remodelação das existentes*, de forma a que se contribua efectivamente para o estudo, informação, divulgação e resolução dos problemas técnicos e económicos nacionais.

6. *A criação de instituições e introdução de reformas que facilitem a mo-*

(Segue na pág. 4)

O trabalho contabilístico de fim de ano

Para cumprimento da lei que estabelece, no art.º 62 do Código Comercial, a obrigatoriedade dos comerciantes darem balanço anual do seu activo e passivo nos três primeiros meses imediatos ao final do exercício, têm as sociedades, — regra que é igualmente seguida pelos comerciantes singulares, — que realizar no começo de cada ano, mas com referência a 31 de Dezembro do ano anterior, o habitual «Trabalho Contabilístico de fim de ano», trabalho esse que tem que ser feito minuciosamente, devido à sua importância, e que constitui uma das mais delicadas fases da contabilidade.

Através do seguinte esquema, verificar-se-á, melhor, a sequência das operações que o constituem:

1. Conf.ª mensal habitual 2. Inventário geral — (Balancete de verificação do Razão)
3. Mapa para regularização das contas e apuramento de resultados do exercício (Balancete Carrée)
4. Lançamentos de regularização e de apuramento de resultados
5. Reconferência. Balancete de Inventário do Razão
6. Registo do Balanço (saldos do balancete de inventário do Razão) no respectivo livro e elaboração dos mapas de desenvolvimento para apreciação dos resultados do Exercício.
7. Encerramento das contas e dos livros.
8. Reabertura das contas e dos livros
9. Lançamento para distribuição dos resultados do exercício.

Todo este trabalho que, como se vê, é de grande importância e delicadeza, tem por fim, por um lado, verificar, em cumprimento da lei, a exacta posição patrimonial do comerciante, posição que o Balanço espelha e apreciá-la; e, por outro, encerrar, anualmente, as contas e os livros, o que facilita o apuramento daqueles resultados e evita ter que se trabalhar com números que se tornariam, com o decorrer dos anos, verdadeiramente astronómicos.

António Manuel Figueiredo Trindade
Al. 300, 3.º ano, C. Geral Comércio

PERÍODOS SENSITIVOS E EDUCAÇÃO

... Je citerai des observations extrêmement intéressantes faites par le biologue hollandais Hugo de Vries, au cours de ses recherches sur le développement des êtresvivants.

Il dit notamment que les mêmes conditions déterminaient des résultats différents lorsqu'elles étaient appliquées à différentes étapes du développement individuel. Des conditions très favorables pendant une certaine période peuvent devenir nulles ou même nuisibles à une période ultérieure...

Maria Montessori

Moral e vida escolar

Em boa verdade não se pode afirmar que neste número de «O Contabilista», surge uma nova secção. Realmente já no primeiro número de tão auspicioso jornal se tomou conhecimento de parte do discurso proferido pelo Santo Padre Pio XII aos membros do Congresso Internacional dos Economistas, e, ninguém melhor do que o Santo Padre poderia falar de assunto que interesse aos nossos contabilistas, e a todos os alunos do Instituto.

Terminava assim o extracto do discurso do Papa: «Même à l'époque moderne, avide de commodités et de plaisirs, il ne manque pas d'âmes assez nobles pour choisir la voie du détachement et pour préférer les valeurs spirituelles à tout ce qui passe avec le temps.»

E' consolador verificar a confirmação das palavras do Santo Padre na nossa população escolar. Muitas pessoas, e até mesmo entre aquelas que têm a tremenda responsabilidade de educar, possuem a respeito deste assunto o mau hábito do pessimismo. Evidentemente que não se nega que parte dos estudantes portugueses, e no estrangeiro o mesmo se passa, se encontra sem ideal de vida, não só de moralidade de costumes, mas também da própria vida profissional futura; no entanto temos de ver a realidade prometedora de futuras realizações daqueles rapazes que cumprem o seu dever no campo do trabalho escolar e possuem ideal elevado na sua vida moral, não sendo afinal aquele mais do que o seguimento da perfeita vivência deste.

E' bem conhecido o pensamento que afirma ser a vida do homem a realização dum sonho da juventude, e bem confirmado está que salvo as excepções que servem para confirmar a regra, a vida em adulto será a continuação do ideal enraizado na adolescência. Com razão escreveu um filósofo inglês: «semeia um acto bom, e recolherás um hábito; semeia um hábito, e recolherás um carácter; semeia um carácter, e recolherás o teu destino.»

Felizmente a humanidade ainda é capaz de progressos gigantescos, material, moral e espiritualmente falando; e reconhece-se o rapaz de ideal nobre pelo entusiasmo ardente que lhe faz acreditar que a Providência confiou também a ele uma pequena parcela destes progressos que falta ainda realizar. O que possue verdadeiro Ideal não pergunta: «Que devo eu fazer para ser feliz?», mas diz a si mesmo: «cumprirei o meu dever e sei que isso me fará feliz»

Na juventude húngara é muitas vezes tomado como lema, a conhecida frase latina: Astra castra, numen lumen. — A minha verdadeira pátria fica acima das estrelas e a minha luz é Deus. E o seu arreigado patriotismo, a sua magnífica heroicidade e o seu luminoso Ideal, têm sido bem patenteados a este mundo paganizado nos calamitosos tempos que são os nossos.

(Continua na pág. 5)